



Jornal produzido
pela FASE Programa
Amazônia em
parceria com o
Fórum da Amazônia
Oriental (FAOR).

Novembro de 2019 |
3 mil exemplares.

Aldeia

Cidadãos e cidadãs mobilizados para bem viver

Nesta foto de Gilka Resende, Seu Zé descasca a mandioca colhida na terra que garante o sustento dele e da família.

Assim como ele, centenas de homens e mulheres da Amazônia que acreditam em um futuro melhor seguiram em caminhada, neste mês de novembro, na I Romaria do Bem Viver.

Com o objetivo de denunciar a incompatibilidade da exploração minerária com as atividades econômicas produtivas desenvolvidas pelos comunitários do Projeto de Assentamento Agroextrativista Lago Grande, em Santarém, a procissão fez mais que isso: demonstrou que um novo tempo se anuncia, um tempo de resistência.

Boa leitura.

Grandes empreendimentos na Região Tocantina e a luta de resistência dos povos tradicionais



■ **Johny Fernandes Giffoni**
Defensor Público do Estado do Pará.
Mestrando em Direitos Humanos pelo PPGD-UFGA, com ênfase em direito ambiental. Associado do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP)

O Estado paraense está subdividido em regiões de integração, dentre elas temos a região Tocantina. Essa região é formada por onze municípios, sendo eles: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. A região abriga o polo industrial de Barcarena, que comporta diversas empresas de mineração; além de termos a presença de vários portos; fazendas de dendê e de gado; produção e comercialização de gases industriais e medicinais; transporte de minério, boi vivo e óleo; empreendimentos de energia e infraestrutura, e terminais de operação e depósito de cargas espalhados por toda a região.

Além dos empreendimentos já existentes, temos em fase de licenciamento ambiental a Ferrovia Paraense, que irá atravessar 23 municípios, saindo de Santana do Araguaia, no Sul do Pará e tendo como ponto final o município de Barcarena, atravessando Moju e de Abaetetuba. Encontra-se no início do licenciamento a Hidrovia Araguaia-Tocantins e os municípios de Mocajuba, Baião, Cametá, Abaetetuba também serão impactados.

IMPACTOS

Do outro lado temos diversas comunidades quilombolas, tradicionais (pescadoras, extrativistas, ribeirinhos) e indígenas nestas áreas que estão sendo afetadas por estes empreendimentos, e aqui tentarei listá-las, com o objetivo de

que meu leitor perceba os impactos dos projetos de desenvolvimento para as comunidades tradicionais da região.

No município de Abaetetuba, podemos elencar de forma exemplificativa algumas comunidades: Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Bom Remédio; Comunidade Quilombola das Ilhas de Abaetetuba, composto pelas seguintes Comunidades: Acaraqui, Alto Itacuruça, Arapapu, Arapapuzinho, Baixo Itacuruçá, Jenipaúba, Médio Itacuruçá, Rio Tauaré-Açu; Comunidade Quilombola do Ramal do Piratuba; Comunidade Quilombola Samaúma; e Comunidade Quilombola de Bacuri.

Temos ainda neste município de forma exemplificativa, as seguintes comunidades extrativistas: Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Santo Antônio II; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Santo Afonso; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) São Francisco de Assis; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Ilha Caripetuba; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) São Raimundo; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Nossa Senhora da Paz; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) São João Batista II; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Nossa Senhora do Livramento; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Santa Maria; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) São João Batista; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Nossa Senhora de Nazaré; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; Projeto de

Assentamento Extrativista (PAE) Santo Antônio; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Nossa Senhora das Graças; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Ilha do Furo Grande; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Ilha Paruru; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Ilha Bacuri; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Ilha Uruá I; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Ilha Piquiarana; Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Ilha Piquiarana Mirim.

CRIMES AMBIENTAIS

No município de Barcarena, podemos trazer à baila os diversos problemas vividos pelas comunidades pesqueiras da região em decorrência dos mais de 30 crimes ambientais ocorridos desde a década de 1970, bem como a afetação nas quatro comunidades quilombolas existentes no município. Outra grande ameaça ao modo de vida tradicional das populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas da região diz respeito à Via Navegável do Rio Tocantins, que ligará o município de Marabá aos portos de Barcarena e Belém.

A Via Navegável do Rio Tocantins terá sua obra realizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), compreendendo um trecho de 300 km de Marabá até Baião. O licenciamento ambiental está sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). No processo de licenciamento ambiental, o IBAMA utiliza como critério de afetação das comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais o disposto na Portaria Interministerial Nº 60, que estabelece que serão afetadas pelos empreendimentos as comunidades que estejam a 10 km de distância.

Ocorre que este critério de distância não leva



em conta o território destas comunidades, qual seja a utilização que elas fazem de uma determinada localidade, ou ainda a questão das zonas de pesca, de cultivo, de mobilidade. Pelo critério estabelecido pelos órgãos governamentais, no caso da hidrovia apenas cinco comunidades quilombolas seriam afetadas, quando na verdade existem mais de 30 comunidades quilombolas que fazem uso do rio Tocantins.

ESTADO

Neste processo o Estado possui um triplo papel, sendo eles: i) o de realização do licenciamento ambiental; ii) o de fiscalização e cobrança de impostos, e; iii) o de regularização fundiária e ordenamento territorial. Mas também age através de atos empresariais, celebrando termos de cooperação, parcerias público-privadas, concessões de áreas públicas e ainda isenção de tributos para as diversas empresas que exploram os bens naturais nessas regiões.



EXPLORAÇÃO

Segundo dados fornecidos pelos órgãos governamentais, a expansão da malha ferroviária e da malha hidroviária tem como objetivo garantir o acesso as principais minas de minério localizadas no Sul do Pará, bem como garantir o escoamento de forma mais econômica da produção do agronegócio. Estima-se que mais de 120 milhões de toneladas por ano cruzem mais de

23 municípios, com destino à zona portuária de Barcarena-Belém.

Foi aprovado no Estado do Pará o Projeto de Lei Nº 262, de 2019, que institui o Subsistema Ferroviário do Estado do Pará (SFEPA), que terá como objetivo principal o transporte ferroviário de pessoas e de bens. O projeto, ainda pendente de publicação no diário oficial do Estado, dispõe que o Estado poderá explorar as infraestruturas físicas e operacionais do transporte fer-

roviário delegada por outro entre público, que integrará o subsistema. Por este dispositivo, as ferrovias administradas pelo Governo Federal, podem ser delegadas ao Estado.

VÍCIOS

Todos esses empreendimentos, bem como projetos de lei que impactam o modo de vida dos povos tradicionais de nosso Estado, nascem com vício formal e procedimental, passíveis de anular todo o processo legislativo, bem como os empreendimentos licenciados. Isto posto, nenhum dos empreendimentos ou leis em questão respeitaram o que dispõe o artigo 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incorporada pelo ordenamento jurídico brasileiro através do Decreto 5051/2004.

Neste sentido, a grande luta que vem sendo travada na região Tocantina é que o governo do Estado do Pará, bem como o governo federal, respeitem o que dispõe a Convenção 169 da OIT, no tocante à realização dos processos de consulta prévia, livre e informada, de acordo com os procedimentos adequados indicados por cada uma das comunidades tradicionais.

EDITORIAL

A Amazônia que não se dobra

¹ **Pacha Mama** ou **Pachamama** (do quíchua *Pacha*, “universo”, “mundo”, “tempo”, “lugar”, e *Mama*, “mãe”, “Mãe Terra”) é a deidade máxima dos povos indígenas dos Andes centrais.
² **Sumak Kawsay** é uma expressão originária da língua quíchua, idioma tradicional dos Andes. *Sumak* significa plenitude e “Kawsay”, viver.

Tantas lutas. Tantos desafios. Quando o país parece se partir diante de tanto ódio disseminado por forças políticas do atraso que tomaram a frente do Estado brasileiro, aliadas à grande mídia corporativa, a grupos religiosos conservadores, a empresas nacionais e estrangeiras, aos bancos (que mesmo diante de tamanha crise econômica lucram como nunca) e outros segmentos sociais, a esperança em dias melhores teima em se manter viva.

Na Amazônia essa esperança se dá graças ao esforço de mulheres, homens, jovens, negros, negras, indígenas, agricultores e agricultoras, ribeirinhos, agroextrativistas, quilombolas, pesquisadores e pesquisadoras, moradores e moradoras das periferias urbanas desta região tão linda, tão cobiçada e marginalizada que teimam em não se dobrar diante da brutalidade do grande capital que desmata, saqueia, expulsa, assassina, escraviza, empobrece, se alimenta e se reproduz do preconceito, do racismo, do patriarcado e da exploração intensiva dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Essa esperança tem muitos nomes: *Bem Viver*, *Bens Comuns*, *Pachamama*¹, *Sumak Kawsay*², *territórios coletivos*, *justiça socioambiental*, *equidade de gênero*, *terra sem males*, *liberdade*, *democracia*...

Esta publicação busca contribuir para o entendimento das profundas mudanças pelas quais passam a Amazônia e o Brasil, mas também procura ser um ponto de luz ao falar das resistências e das iniciativas de povos, comunidades e organizações comprometidos com a realização de mudanças profundas na nossa sociedade a fim de acabar de vez com as desigualdades, as injustiças, os preconceitos e a exploração. Portanto, bem-vindas e bem-vindos a um novo tempo que se descortina. É o tempo da esperança renovada. As trevas não vencerão!



EXPEDIENTE

Realização



FASE
Programa Amazônia



Apoio

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO

FORDFOUNDATION
Na Linha de Frente das Mudanças Socia.

FASTENOPFER

Heidehof
Stiftung



As opiniões dos articulistas não representam necessariamente o posicionamento da FASE Amazônia. Fotografias: Aldebaram Moura, Gilka Resende, Hellen Joplin, Arthur Serra Massuda e Arquivo FASE. Tiragem: 3.000 exemplares. FASE: Rua Bernal do Couto, 1329. Umarizal. CEP 66.055-080. Telefone: (91) 4005-3773. Fax: (91) 4005-3750. E-mail: amazonia@fase-pa.org.br. Site: www.fase.org.br.

“Defender a mãe terra e com nosso modo de vida, resistir” foi o tema da I Romaria do Bem Viver, uma iniciativa da Pastoral da Juventude (PJ) da Região 8 da Diocese de Santarém e PJ Diocesana. Visando denunciar a incompatibilidade da exploração minerária com as atividades econômicas produtivas desenvolvidas pelos comunitários do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, os jovens definiram o lema da Romaria: “PAE Lago Grande: Território livre de mineração”. A organização do evento contou com o apoio de entidades parceiras, como a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (Feagle), o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), o Grupo Mãe Terra, a Fase Programa Amazônia e o Greenpeace.

Realizada nos dias 16 e 17 de novembro, a I Romaria do Bem Viver reuniu 1.300 participantes de diversas comunidades. Começou com um seminário que discutiu mineração, agroecologia, resultados do Sínodo para a Amazônia e proteção territorial do PAE Lago Grande. Depois, uma caminhada saiu da comunidade Cui-piranga e seguiu até a comunidade Murui, percorrendo um trajeto de 35 km.

Durante o percurso houve reflexões em seis comunidades, abordando as temáticas políticas públicas, espiritualidade libertadora, direitos humanos, identidade e território, juventude e resistência e agroecologia – por um território livre de mineração. Em cada parada, as comunidades se organizaram para apresentar o tema de forma dinâmica. Além disso, serviram lanche e água aos participantes num gesto de solidariedade e envolvimento com a Romaria.

A caminhada foi à noite, numa estrada esburacada, com muita poeira. A única iluminação era das lanternas dos romeiros e dos carros de apoio. E, próximo à chegada, a chuva caiu para valer. Mas, nada disso diminuiu a animação dos jovens que cantavam, dançavam e entoavam gritos de guerra a fim de apoiar os participantes a seguirem caminhando. Fogos de artifício anunciavam as paradas de reflexão nas comunidades estratégicas. Nem o esgotamento físico foi capaz de impedir a festa na chegada à sede da Feagle, em Murui, como uma celebração da superação e do esforço coletivo.

SIGNIFICADO

Para Sandrielem Corrêa Vieira, da comunidade de Coroca e integrante da equipe de metodologia da Romaria, o evento “foi um grande sucesso, através da Pastoral da Juventude da Região 8, e com a ajuda de nossos parceiros conseguimos reunir mais de 1.300 pessoas, em sua grande maioria jovens. Conseguimos fazer a população ecoar nosso recado que queremos nosso território livre de mineração e de todos os monstros do capital que o rondam.

I Romaria do Bem Viver: Luta em defesa do território reflorescendo pelo protagonismo da juventude

■ Sara Pereira
Educadora do programa da FASE na Amazônia



Durante o seminário e as reflexões nas paradas ao longo do percurso de 35 km ficou claro que as falsas promessas do discurso desenvolvimentista não nos enganam mais. As lideranças das comunidades também atenderam nosso chamado e se fizeram presentes”. Sandrielem destaca que “é muito bom ver essa união entre as lideranças mais velhas e a juventude em defesa do nosso território”.

“A Romaria veio despertar não somente a juventude, mas todo o povo que vive nesse território. Foi um grito de liberdade, um grito de vitória, trazendo a juventude para a luta. Fazendo o povo todo gritar em defesa da vida, em defesa do nosso chão. E já sentimos a repercussão em nossas comunidades. Esperamos que cada vez mais possamos despertar o olhar crítico em cada jovem que ainda não está em processo de luta, mas que precisa se inserir e que venha somar forças para impedir esses monstros do capitalismo de destruir nosso lar”, avalia Laurinete Pena, integrante da coordenação da Romaria e coordenadora da PJ do Lago Grande.

“Por ser a primeira, superamos muitos obstáculos. As reflexões

nas paradas foram muito boas. Nossa perspectiva é que a Romaria desencadeie um processo de luta e resistência a partir do protagonismo dos jovens na defesa do nosso território, pois dependemos dele para produzir nossos alimentos, enfim, nossa vida depende da conexão com a natureza. A juventude unida é a força que o PAE está precisando. Vamos continuar nossas articulações para garantir o PAE Lago Grande como território livre de mineração”, afirma Greicy Branches, jovem da Comunidade Araci.

LEGADO

A I Romaria do Bem Viver é fruto de uma articulação construída pelos jovens desde o início de 2019. Foram inúmeras reuniões de planejamento e encontros preparatórios. Rodaram a três sub-regiões do PAE Lago Grande: Arapiuns, Arapixuna e Lago Grande, num processo de “reconhecimento” do próprio território e mobilização das comunidades. Inspirada pela história de luta de seus ancestrais cabanos, a juventude assumiu o bem viver como modelo de sociedade a ser difundido e, para tanto, empunhou a consigna “PAE Lago Grande – território livre de mineração”.

Nos dias que antecederam a Romaria, a comunidade Cui-piranga testemunhou o engajamento dos jovens que adentraram a mata a fim de tirar palha e paus para construir a estrutura que abrigou as atividades. Arrancaram os tocos do ramal, providenciaram

e cuidaram de toda a alimentação e ainda tiveram energia para fazer debates no seminário e caminhar de Cupiranga até Murui.

Aliás, os pontos de partida e chegada da Romaria não foram escolhidos aleatoriamente. Cui-piranga é um dos últimos focos de resistência da Cabanagem. E Murui é a comunidade onde está situada a sede da Feagle. À luz da resistência cabana, os jovens externaram a importância da Feagle como organização gestora do território, referendando a titulação coletiva como fundamental para a proteção do PAE Lago Grande.

Nessa conjuntura, em que a crise climática torna-se preocupação mundial, e que os jovens ganham notoriedade por assumir o ativismo ambiental, como a sueca Greta, a juventude do PAE Lago Grande, uma região que se funda na resistência dos povos cabanos, reacende a chama da luta em defesa do seu território, anunciando que a solução para a crise climática não está nas “alternativas” capitalistas, mas num outro modelo de sociedade – o Bem Viver. As práticas do bem viver referenciam os modos de vida dos povos ancestrais, a recuperação dos saberes indígenas, numa concepção de relação harmônica com o ambiente, tirando seu sustento da natureza de modo equilibrado, preservando e protegendo os bens comuns. A luta pela defesa do território não é fácil, mas certamente, no PAE Lago Grande, ela ganha novo fôlego pela ousadia, coragem e compromisso da juventude.

■ **Sabrina Nascimento**
 Pesquisadora do Grupo de
 Pesquisa sobre Territórios,
 Trabalho e Mercados Globalizados
 (GETTAMqNAEA/CNPq/UFPA)

O Seminário do Bem Viver, realizado em Santarém (PA) de 29 a 31 de novembro de 2019, promoveu o encontro e o intercâmbio entre os 19 projetos apoiados pelo Fundo Dema, por meio do Edital Agroecologia, Segurança Alimentar e Defesa dos Bens Comuns. Oriundos das mais diversas regiões do estado do Pará, os grupos apoiados mostraram o amadurecimento de suas propostas e o fortalecimento de suas lutas contra o avanço do agrogêcio e dos grandes projetos na Amazônia. Estabelecidas em áreas de históricas tensões sociais e violência, as associações participantes do seminário discutiram estratégias para expansão de suas ações e de redes políticas de atuação, conectando, com isso, todas as regiões de atuação do Fundo Dema (Baixo Amazonas, rodovia BR-163, rodovia Transamazônica/Xingu e Nordeste Paraense).

Fazendo frente ao atual cenário de desmonte de toda uma estrutura de direitos territoriais e de proteção socioambiental, os projetos têm uma atuação que se contrapõe a um processo de expansão econômica que rivaliza com a floresta e privilegia o uso intensivo de grandes áreas para produção de pastos, monoculturas e exploração de minérios, além da instalação de infraestruturas de escoamento de produção e energia. Nesse sentido, os grupos que, historicamente, fizeram oposição a essas ameaças firmam-se também como os principais protagonistas na execução de projetos que visam fortalecer suas lutas por soberania alimentar e por seus territórios. São trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, comunidades agroextrativistas, quilombolas e indígenas que desenvolvem junto às suas comunidades ações diversificadas dentro de uma perspectiva de valorização da floresta em pé.

Por isso, a atuação do Fundo Dema junto a esses projetos tem por finalidade consolidar ações coletivas e comunitárias no sentido de qualificar e ampliar os resultados até aqui obtidos, expandindo os efeitos sociais e multiplicadores voltados à agroecologia, à segurança alimentar e nutricional e à defesa dos territórios e dos bens comuns no Bioma Amazônia.

Nos três dias de encontro foi



Seminário do Bem Viver promove intercâmbio de experiências

possível discutir questões de toda natureza referentes à realização dos projetos, com a constatação de que diversos processos sociais foram estimulados com as ações desenvolvidas, que expressam, entre outros, o desenvolvimento de uma educação voltada à preservação da floresta, a transformação da cultura de trabalho na terra, o incentivo à permanência dos povos em seus territórios, o desenvolvimento de sistemas próprios de monitoramento do território, a ampliação do protagonismo feminino e da juventude e o combate à desigualdade de gênero e ao racismo.

REFLEXÃO

O processo de autoavaliação e troca mostra que os avanços dos projetos passam por uma profunda reflexão sobre as particularidades das

iniciativas agroecológicas na Amazônia. O questionamento de um modelo perverso de exploração do meio ambiente é acompanhado da proposição de economias igualitárias e do fortalecimento da cultura das populações do campo e da floresta. As ações desenvolvidas foram apontadas pelos participantes do seminário como parte de um processo de mudança de consciência que resulta na ampliação da participação das comunidades, na expansão da perspectiva agroecológica e no fortalecimento da defesa de territórios ameaçados. Técnicas desenvolvidas pelos projetos apoiados, como o reflorestamento de áreas degradadas, a recuperação de nascentes e cursos d'água, a aplicação de defensivos e adubação naturais, a produção e plantação de mudas de espécies da biodiversidade amazônica, o estímulo ao consumo

de produtos da floresta e a criação de farmácias vivas, entre outras, foram construídos a partir de pesquisas e métodos desenvolvidos pelas próprias associações, a partir de suas experiências na terra.

O amadurecimento das reflexões feitas no âmbito dos projetos tem possibilitado, com isso, a formulação de conceitos e formas de fazer baseados nas realidades locais, evidenciando a existência de uma agroecologia amazônica que congrega a aplicação da técnica às experiências particulares de cada região, e considera os modos de vida baseados no desenvolvimento de múltiplas atividades. O reforço do caráter coletivo das ações reforça a visão territorial dos projetos, ampliando a luta contra a apropriação privada da terra e a exploração desenfreada da natureza na Amazônia.



Criadas ao longo do século vinte, no fim do deste as 144 comunidades do Lago Grande travaram e venceram a maior das batalhas: a luta pela terra

Alvo de uma disputa histórica, as terras da Gleba Lago Grande da Franca continuam sendo palco de uma batalha pela sobrevivência de um modo de vida capaz de se conciliar com a floresta e garantir a conservação dos principais recursos naturais presentes no território. Criadas ao longo do século vinte, no fim do deste as 144 comunidades do Lago Grande travaram e venceram a maior das batalhas: a luta pela terra, viabilizando a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande.

Ao passo que lutavam pelo seu próprio território, as comunidades do Lago Grande apoiavam também a luta pela criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista Juruti Velho, e ao mesmo tempo colaboravam na resistência ao avanço da segunda maior produtora de alumínio do mundo, que no fim de 2009 acabaria por licenciar a terceira maior mina de bauxita do Brasil.

AMEAÇAS

Em meio a todas as violações que se cristalizaram no processo de instalação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, os interesses minerários da Alcoa entraram para o conjunto maior das ameaças que colocam em xeque a sobrevivência das 6.400 famílias que insistem em defender seu modo de vida, afinal, o licenciamento do projeto Juruti era só o começo de um amplo plano de exploração da bauxita existente na região.

No Lago Grande, o conflito estabelecido entre Alcoa e as



A mineração e as muitas ameaças ao PAE Lago Grande

■ **Danicley de Aguiar**
Campaigner Sênior
Greenpeace Brasil

comunidades locais se inicia quando a mineradora entrega ao antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), hoje chamado de Agência Nacional de Mineração (ANM), os chamados Requerimentos de Pesquisa, que uma vez autorizados pelo DNPM se transformaram nas Autorizações de Pesquisa, que na prática tinham o objetivo de definir o tamanho da jazida de bauxita existente dentro do PAE Lago Grande. A partir de uma interpretação própria do que diz a legislação, a Alcoa resolveu constituir diálogo direto com as famílias que se encontravam sobre as áreas alvo de seus pedidos de autorização de pesquisa, ignorando por completo o fato

de o PAE Lago Grande ser um território de posse coletiva das mais de 6 mil famílias que se organizam nas 144 comunidades e na Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (Feagle), constituindo um caminho que não só desrespeitava a instância de representação das famílias do PAE Lago Grande, como também fortalecia outros interesses que conspiravam contra a consolidação do assentamento.

Realizadas sem o prévio consentimento das comunidades, as pesquisas se traduziram em relatórios enviados ao DNPM, e que uma vez aprovados possibilitaram que

a empresa apresentasse os Requerimentos de Lavra, que são nada mais que um plano de aproveitamento econômico do minério encontrado. Uma vez analisados e aprovados os tais requerimentos de lavra é emitida em favor da empresa a chamada Portaria de Lavra, que permitirá a abertura de um processo de licenciamento ambiental da futura mina.

Entre 2001 e 2010, a Alcoa apresentou 12 Requerimentos de Pesquisa, dos quais quatro se transformaram em Requerimentos de Lavra, que atualmente estão em processo de análise na ANM. Ao todo, a área de interesse direto da Alcoa representa nada menos do que 56,8 mil hectares, afetando diretamente

(...) é tarefa de todas as famílias e comunidades do PAE Lago Grande resistir às investidas da Alcoa

cinco comunidades localizadas ao sul da rodovia Translago, entre as comunidades de Nazário e Retiro. Para além da Alcoa, outras empresas apresentaram requerimentos de pesquisa no PAE Lago Grande, que quando associados aos requerimentos da Alcoa ocupam nada menos que 138.085 hectares dos 252 mil hectares ocupados pelas 144 comunidades do território.

VIOLAÇÕES

Para além de denunciar todas as violações cometidas pela Alcoa durante o processo de pesquisa, em especial ao direito de Consulta Livre Prévia e Informada, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é tarefa de todas as famílias e comunidades do PAE Lago Grande resistir às investidas da Alcoa contra a unidade política que concebeu e conquistou criação do assentamento, bem como lutar para conquistar a condição de território livre de mineração, já prevista para territórios semelhantes, como é o caso das Reservas Extrativistas.

Ainda que sua narrativa de mineração sustentável tente contar outra história, para a Alcoa o PAE Lago Grande representa apenas um recurso a ser explorado, ignorando as múltiplas relações entre as famílias e seu território, que antes de ser recurso é primordialmente abrigo. É por isso que não nos cabe outra missão a não ser fortalecer o modo de vida tradicional, para defender a Mãe Terra e resistir como um território livre de mineração.

O direito à cidade na Amazônia: uma utopia possível

■ **Ana Beatriz Oliveira**

Professora Assistente de Direito do Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)



Não há como escrever sobre o direito à cidade na Amazônia fora da minha própria experiência na cidade de Santarém (PA), terra que me acolhe há três anos. Escolho aqui falar de minhas vivências como um exercício dialético para se pensar (i) o que tem sido a discussão sobre esse direito, muitas vezes realizada e reproduzida de maneira homogeneizadora e colonizadora e (ii) como o modo de ser amazônica, na sua diversidade de subjetividades e relações, tem muito a contribuir para se pensar uma práxis política outra, capaz de produzir cidades mais plurais e menos desiguais.

Quando pisei a primeira vez em Santarém, no mês de outubro de 2017, meu olhar jurista-urbanista se assustou com a falta de saneamento básico na cidade ribeirinha, repleta de valas. Embora esse problema seja realidade nas periferias das cidades brasileiras, me espantei ao ver que a situação aqui é regra, sendo essas infraestruturas ausentes inclusive nas ruas centrais, onde se concentra a maioria das vias asfaltadas. Em abril de 2017, já como professora de Direito Urbanístico, pude aprender em sala de aula mais sobre a realidade da cidade por meio dos relatos dos/das estudantes da Universidade Federal do Oeste do Pará, que fazem com primazia o diagnóstico do tecido urbano que constituem. Vários dos problemas

urbanos conhecidos por mim a partir da vivência nos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro eram identificados nas falas desses/dessas moradores/moradoras: ausência de infraestruturas básicas, precariedade do transporte público, especulação imobiliária, insegurança, falta de iluminação pública, dentre outros.

ESPECIFICIDADES

Se, por um lado, esse diagnóstico confirma a noção de totalidade uma vez que a sociabilidade do capital produz como regra um espaço urbano desigual, por outro ele não pode ser nosso ponto de chegada sob o risco de não compreender as especificidades das relações reiteradas há séculos na Amazônia.

No começo da minha caminhada pelo território tapajônico, compreendia que a luta pelo direito à cidade em Santarém tinha como horizonte a conquista das infraestruturas básicas já conhecidas, em maior medida, na minha realidade sudestina, conforme denuncia o movimento pela reforma urbana desde a década de 60. Armadilha: embora essas infraestruturas possibilitem uma justa melhora da qualidade de vida da população, não seriam

elas também responsáveis por produzir um tecido urbano homogêneo e necessário à reprodução do próprio sistema capitalista e suas contradições quando implementadas sem respeitar as especificidades locais? Eis o problema em reduzir o direito à cidade à luta pelo acesso aos equipamentos urbanos sem a devida contextualização.

A angústia que me atravessava ao me questionar se a bandeira do direito à cidade que levantava era “um tiro no pé” foi fundamental para me abrir para a experiência de compreender o direito à cidade na Amazônia por outras vozes e outros olhares. A prática política junto aos diversos sujeitos coletivos que aqui lutam pela cidade do Bem Viver, em

especial, durante o processo de revisão do Plano Diretor, possibilitou enxergar a riqueza de relações sociais que existem em Santarém, cujas práticas, intencionalmente ou não, são essencialmente revolucionárias: a diversidade do Mercado 2000, os tacacás nas calçadas, a pescaria na orla, os barcos que circulam pessoas e desejos todos os dias e noites pelos rios Tapajós, Amazonas, Arapiuns, as exuberantes e coloridas casinhas de madei-

ras que hoje começam a ser escondidas pelos grandes empreendimentos imobiliários, as muitas praias de rio, os igarapés gelados, as hortas no quintal de casa, mangueiras nas avenidas, os puxiruns, a comida regional, o carimbó, a história de luta de tantas de tantas mulheres e homens que conquistaram vários bairros da cidades, as pessoas do campo que reproduzem na metrópole várias práticas rurais na sua genuína relação com a natureza, as andanças e histórias dos “pés-inchados”, a memória dos cabanos. Imensuráveis práticas e imaginários cotidianos que possibilitam a vivência de um espaço muito mais diverso e rico do que aqueles que são produtos do pensamento único, da racionalidade do mercado e dos planos estatais.

Nessas poucas palavras, me propus a sensibilizá-los sobre a relevância de se pensar um direito à cidade outro, não só no seu conteúdo, mas também como forma de se relacionar com o espaço. A luta por esse direito não pode apenas se reduzir às reivindicações por equipamentos urbanos. Reconhecer as práticas e gramáticas locais como parte do direito à cidade na Amazônia (melhor dizendo, numa das muitas “Amazônias”) e defendê-las como constitutivas da nossa subjetividade pode ser uma possibilidade de se viver a utopia possível do presente, ou seja, a cidade do bem viver.

É necessário compreender o direito à cidade na Amazônia por outras vozes e outros olhares